



Trabalhadores, aposentados e pensionistas já podem ter uma noção do quanto vão receber

Governo confirma salário mínimo de R\$ 1.621 em 2026

O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito em fevereiro

Da redação

O Ministério do Planejamento e Orçamento confirmou nesta quarta-feira (10) que o salário mínimo será reajustado dos atuais R\$ 1.518 para R\$ 1.621, um aumento de R\$ 103, um reajuste de 6,79%.

O valor foi confirmado após a divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo. O indicador registrou 0,03% em outubro e acumula 4,18% em 12 meses.

O reajuste do salário mínimo será aplicado a partir de janeiro de 2026, com efeito no salário que o trabalhador recebe em fevereiro.

Entenda

A regra do reajuste do salário mínimo determina que o valor tenha duas correções: uma pelo INPC de 12 meses acumulado até novembro do ano anterior, ou seja, 4,18%, e outra pelo crescimento da economia de 2 anos.

No dia 4, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou os dados do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) de 2024, confirmando expansão em 3,4%.

No entanto, o arcabouço fiscal, mecanismo que controla a evolução dos gastos públicos, determina que o ganho acima da inflação seja limitado a um intervalo de 0,6% a 2,5%.

Pela regra, o salário mínimo de 2026 seria R\$ 1.620,99 e, com o arredondamento previsto em lei, passa para R\$ 1.621, reajuste de 6,79%.

O reajuste, de 6,79%, será aplicado a partir de janeiro – ou seja, no salário que o trabalhador recebe em fevereiro.

Pelo formato adotado, o reajuste corresponde à soma de dois índices:

- a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro – como prevê a Constituição;

- o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. No caso de 2026, vale o PIB de 2024 – que cresceu 3,4%.

Entretanto, em dezembro do ano passado, o governo aprovou uma lei que restringe o aumento real do salário mínimo a 2,5% (o teto de gastos do arcabouço fiscal).

Ao ser aplicada, então, considera a inflação em doze meses até novembro deste ano (4,18%, conforme divulgado pelo IBGE nesta quarta-feira) mais 2,5% de alta real (PIB de 2024, limitado a 2,5%).

De acordo com nota técnica divulgada em janeiro deste ano pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 59,9 milhões de pessoas no Brasil.

Além dos trabalhadores que, por contrato, recebem um salário mínimo (ou múltiplos do mínimo), há também as aposentadorias e benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vinculados ao mesmo valor.

O salário mínimo também gera impactos indiretos na economia, como o aumento do “salário médio” dos brasileiros e a elevação do poder de compra do trabalhador.

Impacto nas contas públicas

Ao conceder um reajuste maior para o salário mínimo, o governo federal também gasta mais. Isso porque os benefícios previdenciários, assim como o valor do abono salarial e do seguro-desemprego, entre outros, não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo cria-se uma despesa em 2026 de aproximadamente R\$ 420 milhões.

Um aumento de R\$ 103 do salário mínimo no próximo ano, portanto, corresponde a um crescimento de cerca de R\$ 43,2 bilhões nas despesas obrigatórias.

O aumento maior do salário mínimo é um dos principais itens que eleva os gastos obrigatórios. Com isso, sobrarão menos recursos para os gastos “livres” do governo, chamados de “discrecionários” – o que pode afetar políticas do governo federal.

Para impedir um crescimento maior da dívida pública, e consequentemente dos juros cobrados do setor produtivo, alguns economistas defendem que o piso dos benefícios previdenciários deixe de ser vinculado ao salário mínimo, e que volte a ter correção apenas pela inflação (como foi no governo Jair Bolsonaro).

Salário mínimo necessário

O Dieese, por outro lado, calculou que o salário mínimo mensal necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 7.067,18 em novembro desse ano, ou 4,66 vezes o piso mínimo nacional de R\$ 1.518.

O cálculo leva em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Inflação da comida em casa cai 0,2% em novembro, sexto recuo seguido

O preço dos alimentos consumidos em casa recuou 0,2% em novembro. Esse resultado é a sexta queda mensal seguida apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país.

O resultado foi divulgado na quarta-feira (10) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A inflação como um todo fechou novembro em 0,18%, fazendo o IPCA voltar para o limite da meta do governo.

Inflação da alimentação no domicílio nos últimos 6 meses

- Junho-0,43%
- Julho-0,69%
- Agosto-0,83%
- Setembro-0,41%
- Outubro-0,16%
- Novembro-0,20%

Com os dados de novembro, a inflação da alimentação no domicílio chega a 1,29% no ano e a 2,48% no acumulado de 12 meses – menor patamar desde fevereiro de 2024, quando marcava 1,76%. Em novembro de 2024, a inflação anual da comida em casa chegou a 8,41%.

Confira os itens que mais recuaram em dezembro:

- Tubérculos, raízes e legumes: -2,77%
- Leites e derivados: -2,27%
- Cereais, leguminosas e oleaginosas: -2,22%

- Bebidas e infusões: -0,45%
- Aves e ovos: -0,39%

Outros destaques de baixa no mês são os subitens:

- Tomate: -10,38%
- Leite longa vida: -4,98%
- Arroz: -2,86%
- Café moído: -1,36%

Alimentos e bebidas

Os dados de novembro mostram também que a alimentação fora do domicílio subiu 0,46% no mês e soma 7,60% em 12 meses.

Juntos, a alimentação no domicílio e a fora do domicílio formam o grupo alimentos e bebidas, que caiu 0,01% em novembro, sendo a quinta queda nos últimos seis meses – de junho a novembro, só não caiu em outubro.

Em 12 meses, o grupo atinge 3,88%. Ao longo do ano, os alimentos foram um dos grandes vilões da inflação, com os preços empurrado para cima por questões ligadas a questões climáticas e quebra de safra.

Em abril de 2025, a inflação chegou a 7,81% no acumulado de 12 meses.

O IPCA apura o custo de vida das famílias com renda de um a 40 salários mínimos. O IBGE pesquisa o preço de 377 produtos e serviços. O grupo alimentos e bebidas responde por 21,5% da cesta de consumo das famílias, segundo o instituto.



Tomates despontam novamente no cenário econômico